**ANEXO VII – MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE**

****

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**[setor demandante e responsável pela INEXIGIBILIDADE/DISPENSA]**

**TERMO DE DECLARAÇÃO DE** INEXIGIBILIDADE/DISPENSA (DEFINIR)

1. **OBJETO**
   1. Contratação de bens/serviços [descrição geral do bem/serviço], para atender às necessidades do [indicação do setor], para realização de [descrição geral e sucinta a que se presta o bem/serviço].
2. **BENEFICIÁRIO DA** INEXIGIBILIDADE/DISPENSA (DEFINIR)

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL: [quem assina a proposta de preços e o contrato]

1. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
   1. [Descrição da norma legal aplicada à contratação]
2. **JUSTIFICATIVA**
   1. [Justificativa técnica para contratação – a necessidade da contratação]
   2. [Quantidade usuários, informações sobre as pesquisas, importância do setor onde será utilizado o bem/serviço, dados e/ou fotos]
   3. [Base jurídica para a contratação em si, decretos, portarias e etc se houver]
   4. [Justificativa para escolha do fornecedor/marca/produto]
   5. [Justificativa para a singularidade do bem/serviço, se houver]
   6. [Comprovação da exclusividade do fornecedor, no caso de inexigibilidade]

Exemplo 1.: Para comprovação da exclusividade do produto a ser contratado, segue anexada a este termo a Declaração da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO. (anexo)

Exemplo 2.: Documento expedido pelo fabricante apresentando motivações para que seja inexigível a licitação em função da exclusividade do serviço da prestadora ou comercialização do produto. (anexo)

1. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. O valor da contratação é de R$ 000,00 (valor por extenso)
   2. Dados orçamentários relativos à despesa:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa:

V) Plano Interno:

* 1. Os recursos para atender esta despesa serão alocados no [indicação do setor]

1. **JUSTIFICATIVA DO VALOR**
   1. Foi realizada pesquisa de preços de acordo com o que preceitua a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.
   2. A empresa beneficiária, apresentou o melhor preço, dentre as propostas válidas, para o respectivo objeto que foi selecionado na INEXIGIBILIDADE/DISPENSA, divulgada em …./…./…. [data da divulgação], pelo [indicação do setor].
   3. Seguem anexados a este termo [Notas de Empenhos emitidas a outras instituições públicas que realizarão a contração, Notas Fiscais e/ou contratos com entes públicos e/ou privados].
2. **HABILITAÇÃO**
   1. Como condição prévia à autorização da INEXIGIBILIDADE/DISPENSA e contratação da beneficiária, para fins de habilitação da mesma, foi verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
   2. SICAF, devendo a beneficiária estar nele regularmente cadastrada e em situação regular perante à Receita Federal e PGFN, FGTS, Trabalhista, Receita Estadual, Receita Municipal e Qualificação Econômico-Financeira (Doc. xx dos autos);
   3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (Doc. xx dos autos);
   4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Doc. xx dos autos);
   5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Doc. xx dos autos);
   6. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (Doc. xx dos autos);
   7. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN (Doc. xx dos autos).
   8. A beneficiária também apresentou:

Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição (Doc. xx dos autos).

* 1. Em nome da beneficiária, foi realizada consulta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a mesma encontra-se em situação ativa (Doc. xx dos autos).
  2. Restando assim **HABILITADO** o fornecedor selecionado, conforme Parecer de Habilitação (Doc. xx dos autos)**.**

1. **CONTRATAÇÃO**
   1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitida Nota de Empenho (especificar).
   2. A empresa terá o prazo de .........(........) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar a Nota de Empenho (especificar), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Aviso de Contratação Direta ou Termo de Referência (especificar).

(SE HOUVER CONTRATO)

* 1. O Termo de Contrato terá a vigência de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_) meses, a contar [da data da assinatura pelas partes, ou emissão de ordem de serviços] - DEFINIR

(SE HOUVER EMPENHO)

* 1. O aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
     1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm);
     2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
     3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

1. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
   1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
2. **PRAZO DE EXECUÇÃO**
   1. O prazo para entrega dos bens ou da prestação dos serviços é de até ...... (.....) dias [corridos ou úteis] a contar do recebimento da nota de empenho.
3. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. As OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.
4. **OBRIGAÇÕES DA UFPE**
   1. As OBRIGAÇÕES DA UFPE são aquelas previstas no Termo de Referência.
5. **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA**

Nos casos de dispensas fundamentadas nos incisos I e II, do art. 75, da Lei nº 14.133/21

* 1. Diante do disposto neste instrumento e no Termo de Referência (Doc. …), DECLARO a INEXIGIBILIDADE/DISPENSA (DEFINIR) de Licitação fundamentada no inciso …., do art. …., da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 [fundamentação legal], atualizada, e AUTORIZO o procedimento de contratação, em favor da empresa [nome e CNPJ da empresa] para contratação de bens/serviços [breve descrição do bem/serviço], conforme justificativas expostas.

Ou

Nos casos de inexigibilidades fundamentadas no art. 74 e dispensas fundamentadas nos incisos III e seguintes, do art. 75, da Lei nº 14.133/21

* 1. Diante do disposto neste instrumento e no Termo de Referência (Doc. …), DECLARO a INEXIGIBILIDADE/DISPENSA (DEFINIR) de Licitação, fundamentada no inciso …., do art. …., da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 [fundamentação legal], atualizada, em favor da empresa [nome e CNPJ da empresa] para contratação de bens/serviços [breve descrição do bem/serviço], conforme justificativas expostas.
  2. Assim como, solicitamos a V.Sa. Senhoria, a AUTORIZAÇÃO do procedimento de contratação e a RATIFICAÇÃO do presente Ato, mediante prévia oitiva da Procuradoria Geral Federal.

Recife, …./…./….

Responsável pelo Termo de INEXIGIBILIDADE/DISPENSA (DEFINIR)

[ORDENADOR DE DESPESA]